

12° SIMULADO

TJ RJ

TÉCNICO DE ATIVIDADE JUDICIÁRIA
PÓS-EDITAL



Estratégia
Concursos

Simulado Especial

12º Simulado TJ-RJ

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJ-RJ;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CEBRASPE/CESPE, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK – <https://bit.ly/Simulado-TJ-RJ-Técnico-30-05>

01 – A B C D E
02 – A B C D E
03 – A B C D E
04 – A B C D E
05 – A B C D E
06 – A B C D E
07 – A B C D E
08 – A B C D E
09 – A B C D E
10 – A B C D E
11 – A B C D E
12 – A B C D E
13 – A B C D E
14 – A B C D E
15 – A B C D E
16 – A B C D E
17 – A B C D E
18 – A B C D E
19 – A B C D E
20 – A B C D E

21 – A B C D E
22 – A B C D E
23 – A B C D E
24 – A B C D E
25 – A B C D E
26 – A B C D E
27 – A B C D E
28 – A B C D E
29 – A B C D E
30 – A B C D E
31 – A B C D E
32 – A B C D E
33 – A B C D E
34 – A B C D E
35 – A B C D E
36 – A B C D E
37 – A B C D E
38 – A B C D E
39 – A B C D E
40 – A B C D E

41 – A B C D E
42 – A B C D E
43 – A B C D E
44 – A B C D E
45 – A B C D E
46 – A B C D E
47 – A B C D E
48 – A B C D E
49 – A B C D E
50 – A B C D E
51 – A B C D E
52 – A B C D E
53 – A B C D E
54 – A B C D E
55 – A B C D E
56 – A B C D E
57 – A B C D E
58 – A B C D E
59 – A B C D E
60 – A B C D E

PORTUGUÊS

Juliana Oliveira / Adriana Figueiredo

Donos do próprio dinheiro

Quando pensamos em bancos, imaginamos grandes empresas com agências elegantes, equipadas com caixas eletrônicos e funcionários engravatados, muita burocracia e mil procedimentos de segurança. Mas dezenas de pequenas instituições financeiras estão mudando a relação que milhares de brasileiros têm com o próprio dinheiro. São os bancos comunitários, que contam com moeda e sistema de crédito próprios e desenvolvem as economias locais.

Todas as agências são geridas e fiscalizadas pela comunidade. Hoje já existem 104 dessas instituições no país, e elas estão proliferando. De 2006 a 2012, o número de bancos comunitários aumentou dez vezes, de nove para 98 agências. Diferentemente das agências convencionais, essas instituições não consultam o nome do cliente no Serasa ou no Serviço de Proteção ao Crédito antes de abrir uma conta. Consultam a comunidade.

Uma das condições para a criação de um banco comunitário, como o próprio nome já dá a entender, é o envolvimento da comunidade. Isso porque o objetivo final não é o lucro, e sim o desenvolvimento da economia do entorno. Para tanto é criada uma moeda própria, que circula apenas na comunidade. O dinheiro para iniciar os bancos comunitários também vem do local, seja de rifas, seja de vaquinhas ou de eventos de arrecadação de fundos.

Os moradores podem pegar dois tipos de empréstimo: um para produção, como reforma de uma loja ou compra de estoque, em reais, e outro para consumo, compra de alimentos e outros produtos, na moeda do banco.

Dessa forma, artigos como alimentos, roupas, sapatos e até serviços de beleza ou aulas são consumidos na comunidade, nas lojas que aceitam a nova moeda, fazendo com que o dinheiro não deixe a região e sirva para desenvolver a economia local.

VELOSO, L. Revista Planeta. n. 504, novembro 2014.
Adaptado.

- 01.** Segundo o texto, pode-se afirmar que os bancos comunitários são
- postos bancários com funcionários engravatados e muita burocracia.
 - estabelecimentos que vendem alimentos e outros produtos e emprestam dinheiro.
 - agências equipadas com caixas eletrônicos.
 - instituições financeiras que contam com moeda própria da comunidade.
 - organizações que emprestam dinheiro a pessoas da comunidade e de outras do entorno.

- 02.** De acordo com o texto, deduz-se que um dos benefícios desses bancos para os moradores é
- favorecer o consumo de mercadorias importadas.
 - assessorar os moradores sobre a forma de investir o dinheiro.
 - aumentar o rendimento do salário recebido todo mês.
 - desenvolver a economia do país.
 - facilitar o acesso dos moradores da comunidade a empréstimos.

- 03.** Na frase “a menos que já **beba** sem ajuda do cuidador” a forma verbal destacada expressa um fato provável, situado no tempo presente. A forma verbal que expressa um fato provável, mas situado no passado é

- bebia
- bebeu
- bebera
- beberia
- bebesse

- 04.** De acordo com a norma-padrão, o pronome **onde** em “A delimitação de espaços **onde** eles podem permanecer” poderá ser substituído pela palavra **aonde**, se o verbo **permanecer** for substituído por

- estar
- chegar
- trabalhar
- estabelecer-se
- alojar-se

05. Daniel Alves, do Barcelona, é alvo de racismo na Espanha.

O jogador entrou em campo no segundo tempo.

Quando foi bater um escanteio, um torcedor da arquibancada jogou uma banana na direção do jogador.

O texto compõe o título e subtítulo de uma notícia.

Dentre as palavras empregadas, o substantivo que evidencia o jogador Daniel Alves como vítima de preconceito é

- a) alvo
- b) Espanha
- c) banana
- d) escanteio
- e) torcedor

06. A seguinte palavra deve ser acentuada graficamente:

- a) recorde
- b) rubrica
- c) ideia
- d) ritmo
- e) latex

07. Na frase “lugares onde **se** ensinava música indígena”, a colocação do pronome em destaque se justifica pela mesma regra que determina sua colocação em:

- a) Os músicos que **se** envolvem com o espetáculo são mais admirados.
- b) O aluno **se** sentiu atraído pela canção.
- c) Recorrer-**se** aos saberes dos alunos é uma estratégia de aprendizagem valorizada.
- d) Muitos artistas lembram-**se** constantemente do papel cultural que desenvolvem na sociedade.
- e) O pianista **se** deve entregar de corpo e alma ao seu ofício.

08. A frase em que o verbo **andar** apresenta as mesmas características sintáticas e de sentido que ocorrem nas expressões “ando um pouco entristecido” e “ando meio distraído” é:

- a) Ando muito devagar.
- b) Existem automóveis que andam a 200 km por hora.
- c) Eu tenho andado com muita fome nestes dias.
- d) Há espécies que andam, além de nadarem.
- e) Prefiro andar a tomar ônibus para me locomover.

09. Alguns comerciantes encomendaram letreiros para divulgar os serviços prestados. Somente um recebeu a material com emprego adequado do acento indicativo de crase.

- a) lava à seco
- b) roupas à Lacoste
- c) comida à quilo
- d) vendas à crédito
- e) aberto de segunda à domingo

10. Em que oração a vírgula pode ser suprimida, mantendo-se o sentido e a obediência à norma-padrão?

- a) Quando o coordenador técnico chegar, os atletas começarão a treinar.
- b) Adriana, soube das últimas notícias das Olimpíadas?
- c) Os Jogos Olímpicos de 2020 ocorrerão em Tóquio, que se prepara para o evento.
- d) Normalmente, os atletas passam horas treinando para uma competição de alto nível.
- e) As novas modalidades das Olimpíadas são: karatê, skate, surfe, beisebol e escalada esportiva.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 1 E 4)

Marcos Girão

11. Analise as assertivas abaixo sobre os Juizados Especiais e suas Turmas Recursais, segundo a LODERJ:

I. Integram o Sistema de Juizados Especiais os Juizados Especiais Cíveis, os Juizados Especiais Criminais, os Juizados Especiais da Fazenda Pública e respectivas Turmas Recursais, com a competência prevista na legislação federal.

II. As Turmas Recursais terão competência para o julgamento de mandados de segurança, habeas corpus e recursos das decisões proferidas pelos Juizados Especiais de todas as Comarcas do Estado do Rio de Janeiro, apenas.

III. Os juízes de direito integrantes da Turma Recursal e seus suplentes serão escolhidos pelo Conselho da Magistratura, observada a alternância de antiguidade e merecimento, sendo possível a recondução.

IV. Compete aos Juizados Especiais Criminais processar e julgar as causas descritas na lei específica, além da execução penal de suas sentenças ou acórdãos substitutivos, nos quais

tenham sido impostas penas de multa ou restritivas de direito, bem como nos casos de sursis ou medida de segurança não detentiva.

Marque a alternativa correta.

- a) I, II e III.
- b) I e IV.
- c) II, III e IV.
- d) I e III.
- e) II e III.

12. Quanto aos juízes de paz, conforme dispõe a LODERJ, é incorreto afirmar que:

- a) Em cada distrito e subdistrito das Comarcas do Interior e em cada área de atuação dos Serviços do Registro Civil na Comarca da Capital, haverá um juiz de paz e até dois suplentes.
- b) A impugnação à regularidade processual, a arguição de impedimentos ou de quaisquer incidentes ou controvérsias relativas à habilitação para o casamento serão decididos pelo juiz de direito competente em matéria de Registro Civil.
- c) Até que seja disciplinado, por Decreto, o processo de eleição mencionado no art. 98, inciso II, da Constituição Federal, o Conselho da Magistratura regulamentará o processo de escolha de juízes de paz, a serem designados por ato específico do Presidente do Tribunal de Justiça.
- d) Nos casos de falta, ausência ou impedimento do juiz de paz e de seus suplentes, caberá ao juiz de direito com competência para o Registro Civil a nomeação de juiz de paz ad hoc.
- e) Compete ao Conselho da Magistratura a regulamentação sobre o funcionamento da Justiça de Paz no Estado, dispondo a respeito de direitos, deveres e penalidades aplicáveis aos juízes de paz e decidindo os casos omissos.

13. Acerca da Lei n.º 4.620/2005, marque a alternativa correta:

- a) O regime disciplinar do serventuário do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro estende-se somente aos servidores públicos de outros órgãos que estejam à disposição do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.
- b) As atribuições dos cargos, nas áreas de atividade, serão descritas em Regulamento, bem como a distribuição de vagas do Quadro Único de Pessoal, observadas as atribuições específicas dos cargos anteriormente ocupados, com prejuízo de seu novo enquadramento.

c) O provimento dos cargos em comissão, de direção, chefia e assessoramento, será reservado no mínimo de 50%, exclusivamente, para os serventuários ativos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

d) Integram a reserva dos cargos em comissão, de direção, chefia e assessoramento os cargos em comissão de assessoramento direto a desembargador.

e) É serventuário do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro todo titular de cargo de provimento efetivo, criado por lei e remunerado pelo erário estadual.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 2 E 3)

Herbert Almeida

14. Acerca do direito de petição e representação por parte dos servidores do Estado do Rio de Janeiro, nos termos do Decreto nº 2.479/79, é correto afirmar que:

- a) o requerimento deve ser dirigido e encaminhado pela chefia imediata do servidor requerente.
- b) caso apresentado para autoridade errada, o pedido deve ser extinto, não podendo ser renovado.
- c) o pedido poderá ser despachado independentemente de constar o nome e cargo do servidor.
- d) em regra, o requerimento deverá ser instruído e encaminhado em oito dias e decidido em até trinta dias.
- e) do indeferimento do pedido de reconsideração não caberá recurso hierárquico.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 5, 6 E 7)

Tiago Zanolla

15. Acerca da composição do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, julgue os itens a seguir acerca da sua composição e assinale a correta bom base no Regimento Interno.

- a) O TJ-RJ é constituído por 180 desembargadores, além do Presidente, Corregedor-Geral de Justiça e os três Vice-presidentes.
- b) O TJ-RJ é composto por Desembargadores, Membros do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e por Advogados.
- c) O TJ-RJ é composto por 180 Desembargadores, originados do quinto constitucional e de membros de carreira.
- d) O TJ-RJ é composto por 180 Desembargadores, sendo 45 originados quinto constitucional
- e) O TJ-RJ é composto por Desembargadores, Membros do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, Advogados e Juízes de Direito de última entrância.

16. Malaquias foi eleito Diretor da Escola da Magistratura. Segundo o Regimento Interno, Malaquias tomará posse perante o/a

- a) Escola da Magistratura
- b) Conselho da Magistratura
- c) Órgão Especial
- d) Tribunal Pleno
- e) Corregedoria-Geral da Justiça

17. Segundo o Regimento Interno, os conflitos de atribuições entre autoridades judiciárias e administrativas, quando forem os Órgãos do Poder Legislativo serão julgados

- a) Pela Assembleia Estadual
- b) Pelo Órgão Especial
- c) Pelo Tribunal Pleno
- d) Pelo Superior Tribunal de Justiça
- e) Pelo Superior Tribunal Federal

18. Segundo o Regimento Interno, a qual órgão cabe fiscalizar a execução da lei orçamentária na parte relativa ao Poder Judiciário;

- a) Pelo Conselho da Magistratura
- b) Pelo Órgão Especial
- c) Pelo Tribunal Pleno
- d) Pela Corregedoria-Geral de Justiça
- e) Pelo Gabinete da Presidência

DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Ricardo Torques

19. Com base no Estatuto da Pessoa com Deficiência, assinale a alternativa correta quanto à vedação à discriminação:

- a) O conceito de discriminação refere-se apenas às condutas comitivas, visto que não é possível um ato discriminatório por omissão.
- b) Havendo ação afirmativa voltada para a pessoa com deficiência, esta é obrigada a fruir dos benefícios decorrentes da referida ação.
- c) São consideradas especialmente vulneráveis as pessoas com deficiência, os idosos, as gestantes, lactantes e pessoas com criança no colo.
- d) A deficiência não afeta a plena capacidade civil, inclusive para o exercício de direitos sexuais e reprodutivos, além de conservação da fertilidade.
- e) É dever dos agentes públicos ou dos particulares no exercício de serviço público comunicar qualquer forma de ameaça ou de violação aos direitos da pessoa com deficiência.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Paulo Guimarães

20. Ética no Setor Público pode ser qualificada como:

- I. agir de acordo com o que está estabelecido em lei e, também, com os valores de justiça e honestidade.
- II. responsabilidade do servidor público por aquilo que fez, e também por aquilo que não fez, mas que deveria ter feito.
- III. equilíbrio entre a legalidade e finalidade do ato administrativo, visando à consolidação da moralidade administrativa.
- IV. respeito ao cidadão, não protelando o reconhecimento dos seus direitos nem criando exigências além das estritamente necessárias.

Estão corretas:

- a) apenas as afirmativas I e IV.
- b) apenas as afirmativas I, III e IV.
- c) apenas as afirmativas III e II
- d) apenas as afirmativas II e I.
- e) as afirmativas I, II, III e IV.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

21. Julgue os itens a seguir acerca da organização da Administração Pública e assinale a alternativa correta.

- a) Somente por decreto específico poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar definir as áreas de atuação.
- b) As autarquias caracterizam-se por serem dotações patrimoniais criadas por lei, sujeitas a controle ou tutela, com personalidade jurídica pública e capacidade de autoadministração.
- c) A descentralização consiste na repartição de funções entre mais de um órgão de uma mesma administração, sem que haja quebra de hierarquia, e pode ocorrer por critério territorial.
- d) Para que seja possível criar uma entidade da Administração Indireta, como sociedades de economia mista, empresas públicas e organizações sociais, é necessária a edição de lei formal pelo Poder Legislativo.
- e) A criação de autarquia é uma forma de descentralização por meio da qual se transfere

determinado serviço público para outra pessoa jurídica integrante do aparelho estatal.

22. A respeito dos pontos sensíveis do Direito Administrativo e suas transformações ocorridas nos últimos anos, pode-se afirmar corretamente que

- a) Agirá de acordo com a lei o servidor público que, ao verificar a ilegalidade de ato administrativo em seu ambiente de trabalho, revogue tal ato para não prejudicar administrados que eventualmente sofreriam danos em consequência da aplicação desse ato.
- b) A presunção de legitimidade é atributo universal aplicável a todo e qualquer ato administrativo.
- c) O decreto regulamentar é ato administrativo que pode ser editado tanto pelo chefe do Poder Executivo quanto pelos presidentes dos tribunais superiores.
- d) A imperatividade do ato administrativo prevê que a Administração Pública, para executar suas próprias decisões, não necessita submeter sua pretensão ao Poder Judiciário.
- e) Tanto a anulação como a revogação retiram do mundo jurídico atos com defeitos e produzem efeitos prospectivos.

23. Sobre as diversas peculiaridades que envolvem a Administração Pública brasileira, julgue os itens a seguir e assinale alternativa correta.

- a) Servidores contratados em caráter temporário podem substituir servidores efetivos contratados por tempo indeterminado.
- b) Considera-se agente público mediante delegação a pessoa física convocada para participar das eleições como mesário.
- c) O concurso público se faz necessário quando se trata de provimento de cargo público efetivo na administração direta, mas é dispensável quando se tratar de provimento de emprego público regido pela CLT nas entidades da Administração Indireta.
- d) O governador e os secretários de Estado do Distrito Federal são considerados agentes políticos.
- e) A exoneração dos ocupantes de cargos em comissão deve ser motivada, respeitando-se o contraditório e a ampla defesa.

24. Acerca dos atos administrativos e das várias formas de controle a que se submete a Administração Pública, não se pode afirmar:

- a) No exercício do poder normativo, o agente público não poderá contrariar o texto legal.
- b) Exerce poder de polícia o ente da administração pública que, no desempenho de suas funções institucionais, realiza fiscalização em estabelecimento comercial, lavrando auto de infração e impondo multa por descumprimento de normas administrativas.
- c) A relação entre a administração direta e as entidades que integram a administração indireta pressupõe a existência do poder hierárquico entre ambas.
- d) Se o agente público aplica multa a particular que descumpriu legislação administrativa, em valor superior ao permitido legalmente, cometerá excesso de poder, uma das formas de abuso de poder.
- e) No Brasil, apenas excepcionalmente se admite ato normativo primário no exercício do poder regulamentar da Administração Pública.

25. No que se refere à Lei de Licitações e Contratos, julgue os itens a seguir e assinale o que se apresenta de forma correta.

- a) Cinco dias úteis são estabelecidos legalmente como o prazo mínimo para o recebimento de propostas para a licitação na modalidade convite.
- b) Leilão é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados - ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento - até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
- c) Caso o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, deixe de celebrar o contrato alegando necessidade de prazo adicional para confirmar a proposta, o pregoeiro poderá conceder-lhe um novo prazo para a assinatura do contrato, desde que seja inferior a trinta dias.
- d) O conjunto de elementos necessários e suficientes para caracterizar o objeto de licitação deve constar

do projeto básico, que consiste de documento não integrante do edital.

- e) É possível a realização de licitação, na modalidade pregão, adotando-se o critério de técnica e preço, desde que o bem ou serviço seja considerado comum.

26. Com relação ao contrato administrativo, pode-se afirmar corretamente que

- a) Caso um contrato administrativo de construção de bem imóvel seja rescindido por culpa exclusiva da empresa contratada, esta não receberá pela parte executada.
- b) As normas do direito privado aplicam-se diretamente sobre o contrato administrativo celebrado pela Administração Pública.
- c) Ao firmar contrato administrativo em nome da Administração Pública, é lícito que o gestor público o faça de forma oral, pois o ato do agente público é suficiente para validar o contrato.
- d) O contratado fica obrigado a aceitar as alterações unilaterais promovidas pela Administração Pública, desde que estas não excedam 70% do valor do objeto original.
- e) A celebração de contrato com a Administração Pública que desrespeite a ordem de classificação das propostas ou que inclua terceiros estranhos ao procedimento licitatório sujeita-se à posterior anulação.

27. Assinale a opção correta a respeito do controle da Administração.

- a) Uma das formas de controle da Administração Pública é o controle judicial, que incide tanto sobre o mérito quanto sobre a legalidade dos atos da administração pública.
- b) O controle legislativo não incide sobre os atos praticados pelo Poder Judiciário, dada a previsão constitucional de autonomia financeira desse poder.
- c) A função fiscalizatória exercida pelos tribunais de contas dos estados inclui-se entre as hipóteses de controle do Poder Legislativo sobre os atos da administração pública.

- d) O controle judicial dos atos da administração ocorre depois que eles são produzidos e ingressam no mundo jurídico, não existindo margem, no ordenamento jurídico brasileiro, para que tal controle ocorra antes da publicação do ato administrativo.
- e) O controle interno da atividade administrativa pode ser provocado por atuação de terceiros, desde que estes estejam investidos da condição de agentes estatais.

28. Acerca da responsabilidade civil do Estado, aponte a alternativa correta:

- a) A responsabilidade objetiva do Estado, por danos causados diretamente a particulares, encontra fundamento na teoria da culpa administrativa.
- b) Ainda que a conduta praticada por agente público esteja amparada por lei, caso seja responsável por causar danos a particulares ensejará responsabilidade civil do Estado.
- c) As pessoas jurídicas de direito público responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável apenas nos casos de dolo.
- d) Levando-se em consideração que a indisponibilidade do interesse público é um dos princípios da Administração Pública, apenas é possível reparar eventuais danos causados ao particular por meio da devida ação judicial.
- e) Na conduta comissiva, a responsabilidade civil do Estado somente se configurará quando estiverem presentes os elementos que caracterizem a culpa.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

29. A respeito dos princípios fundamentais, indique a única alternativa que não contém objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

- a) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- b) garantir o desenvolvimento nacional.

- c) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- d) construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- e) assegurar a todos o acesso à informação, resguardando o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.

30. Quanto aos direitos e garantias fundamentais, assinale a opção correta.

- a) Os tratados internacionais sobre direitos humanos são incorporados automaticamente ao ordenamento jurídico brasileiro com força de norma constitucional derivada.
- b) Para que possam concorrer a outros cargos, os titulares de mandatos eletivos do Executivo e do Legislativo deverão renunciar aos seus cargos até seis meses antes do pleito. Assim, o governador é inelegível deputado, bem como o senador é inelegível Presidente da República, salvo se renunciarem aos seus respectivos cargos no prazo fixado pela Constituição Federal.
- c) Partidos políticos têm personalidade jurídica de direito público, razão pela qual devem prestar contas à Justiça Eleitoral periodicamente.
- d) São brasileiros natos, em regra, os que nascem no Brasil, independentemente de os pais serem ou não brasileiros. Aqueles que nascem fora do Brasil, ainda que filhos de brasileiros, não obterão a nacionalidade primária dos pais, salvo se vierem residir no Brasil e optarem, a qualquer tempo, depois de adquirida a maioria, pela nacionalidade brasileira.
- e) O sindicato é legitimado a fazer a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, nas questões judiciais e extrajudiciais, independentemente de autorização expressa do associado.

31. Considere as seguintes afirmativas:

- I. São a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.
- II. É proibida a diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.
- III. A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.
- IV. É reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurada a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

Há direito ou garantia individual, conforme apregoado pela Constituição Federal, apenas em:

- a) I e II.
- b) I, III e IV.
- c) I, II e IV.
- d) II e IV.
- e) I, II e III.

32. Acerca da associação profissional ou sindical prevista na Constituição Federal e no entendimento sumulado do STF, assinale a alternativa incorreta.

- a) A lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.
- b) Ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato.
- c) A contribuição confederativa para custeio do sistema confederativo e de representação sindical de categoria profissional, só é exigível dos filiados ao sindicato respectivo.
- d) O aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.
- e) Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em

33. A respeito do Poder Executivo, indique a alternativa INCORRETA:

- a) Os atos do Presidente da República que atentem contra a lei orçamentária configuram crime de responsabilidade.
- b) Compete ao Senado Federal julgar o Presidente da República por crime de responsabilidade e ao Supremo Tribunal Federal compete julgar o Chefe do Executivo da União por crime comum. Nos dois casos, primeiro é necessário que a Câmara admitida a acusação, por dois terços de seus membros.
- c) O Presidente da República ficará suspenso de suas funções, por até cento e oitenta dias, nas infrações penais comuns, se admitida a acusação pela Câmara dos Deputados.
- d) O Presidente da República, durante o mandato, não se submete à prisão provisória, nem mesmo em razão de flagrante de crime inafiançável.
- e) Na vigência de seu mandato, o Chefe do Executivo da União não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções. Essa prerrogativa não pode ser estendida nem a Governadores e nem a Prefeitos.

34. Sobre as garantias e vedações aos juízes, marque a alternativa INCORRETA.

- a) Aos juízes é permitido exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração, exceto em ações contra o Estado da circunscrição do tribunal.
- b) Aos juízes é vedado dedicar-se à atividade político-partidária.
- c) Os juízes possuem a garantia da vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após dois anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado, e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado.
- d) Aos juízes é vedado exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério.
- e) Os juízes possuem e garantia da inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público.

35. A respeito da responsabilidade do Presidente da República, marque a assertiva incorreta:

- a) Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Senado Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Supremo Tribunal Federal, nos crimes de responsabilidade.
- b) O Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.
- c) O Presidente ficará suspenso de suas funções nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal.
- d) São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação.
- e) O afastamento do Presidente da República cessará, se, decorrido o prazo de cento e oitenta dias, o julgamento não estiver concluído, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.

36. Com relação às funções institucionais do Ministério Público, considere:

- I. requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais.
- II. promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos na Constituição.
- III. promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.
- IV. exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedada a representação judicial e permitida a consultoria jurídica de entidades públicas.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) I e III.

- c) I, II e III.
- d) I, II e IV.
- e) I, III e IV.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Rodrigo Vaslin

37. Assinale a alternativa incorreta.

- a) O direito à duração razoável do processo já estava previsto expressamente no ordenamento jurídico brasileiro até mesmo antes da Emenda Constitucional n.º 45/2004.
- b) O rol das normas fundamentais do Processo Civil é *numerus clausus*.
- c) A possibilidade de o juiz se retratar das suas decisões que não resolvem o mérito (art. 485, §7º, CPC) é uma concretização do princípio da primazia da decisão de mérito (art. 4º, CPC).
- d) Vigê no Processo Civil o contraditório substancial, que proporciona às partes não só a ciência e reação, mas também a possibilidade de influenciar as decisões do juiz.
- e) A gratuidade poderá ser concedida em relação a algum ou a todos os atos processuais.

38. Analise as proposições abaixo, acerca dos impedimentos e da suspeição:

- I. Há impedimento do juiz caso figure como parte instituição de ensino com a qual tenha relação de emprego ou decorrente de contrato de prestação de serviços.
- II. Há impedimento quando o primo do juiz estiver postulando como advogado.
- III. Há suspeição quando o juiz for amigo íntimo ou inimigo das partes ou seus advogados.
- IV. Poderá o juiz declarar-se suspeito por motivo de foro íntimo, sem necessidade de declarar suas razões.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I, II e III.
- b) III e IV.
- c) I, III e IV.
- d) I e II.
- e) II e IV.

39. Assinale a alternativa correta.

- a) Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência.
- b) No procedimento comum, o não comparecimento injustificado do réu à audiência de conciliação ou mediação gera a sua revelia e impõe o pagamento de multa.
- c) O conciliador é indicado para os casos em que já existe um vínculo prévio entre as partes, não devendo sugerir soluções, mas sim estimular as partes para que elas cheguem a um consenso.
- d) A audiência não será realizada se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual ou quando não se admitir a autocomposição.
- e) As partes não precisam estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos.

40. A respeito da tutela provisória no CPC/2015, é correto afirmar que

- a) pode fundar-se em urgência ou evidência, dividindo-se a primeira em cautelar ou antecipada.
- b) a tutela provisória de urgência de natureza antecipada somente admite a forma incidental.
- c) por emanar do poder jurisdicional, não implica responsabilidade do autor pelos eventuais prejuízos que a efetivação da medida ocasionar ao réu.
- d) a tutela provisória conserva sua eficácia durante a pendência do processo, exceto em caso de suspensão deste, quando então terá sustados seus efeitos independentemente de pronunciamento judicial.
- e) Concedida a tutela antecipada requerida em caráter antecedente, o autor deverá aditar a petição inicial, com a complementação de sua argumentação, a juntada de novos documentos e a confirmação do pedido de tutela final, em 05 (cinco) dias ou em outro prazo maior que o juiz fixar.

41. Sobre a intervenção de terceiros, assinale a alternativa correta:

- a) O incidente de desconconsideração da personalidade jurídica não se aplica ao processo de competência dos juizados especiais, dada a existência de vedação legal expressa.
- b) O chamamento ao processo pode ser requerido tanto pelo autor quanto pelo réu.
- c) A intervenção do amicus curiae não implica alteração de competência, mas autoriza a interposição de quaisquer recursos pelo amigo da corte.
- d) o Código de Processo Civil admite apenas uma denunciação da lide sucessiva.
- e) Sendo revel ou, de qualquer outro modo, omissivo, o assistido, o assistente será considerado seu gestor de negócios.

42. Aponte a alternativa verdadeira:

- a) O valor da causa constará da petição inicial ou da reconvenção e será, na ação indenizatória, o valor pretendido. Quando pedir reparação por danos morais, é lícito formular pedido genérico.
- b) O juiz julgará liminarmente improcedente o pedido que contrariar enunciado de súmula do STJ, STF e do tribunal de justiça sobre direito local. Interposta a apelação, o juiz pode se retratar em 5 (cinco) dias.
- c) O magistrado sempre procede ao saneamento de forma individual, não havendo hipótese de saneamento em cooperação com as partes.
- d) Aplicar-se-á a sempre a distribuição estática do ônus da prova.
- e) A coisa julgada das questões prejudiciais pode ser aplicada aos processos pendentes quando da entrada em vigor do novo Código.

43. Marque a alternativa correta sobre o julgamento parcial de mérito.

- a) A parte poderá liquidar ou executar, desde logo, a obrigação reconhecida na decisão que julgar parcialmente o mérito, desde que preste caução para tanto.
- b) A decisão que julga parcialmente o mérito é irrecorrível, devendo ser impugnada por meio de preliminar de apelação.
- c) Para que haja o julgamento parcial de mérito, a questão deve ser unicamente de direito.
- d) A decisão que julgar parcialmente o mérito poderá reconhecer a existência de obrigação líquida ou ilíquida.
- e) A liquidação e o cumprimento da decisão que julgar parcialmente o mérito somente poderão ser processados em autos suplementares.

44. Sobre o processo nos Tribunais, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) Os recursos não impedem a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso.
- b) A insuficiência no valor do preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, implicará deserção se o recorrente, intimado na pessoa de seu advogado, não vier a supri-lo no prazo de 5 (cinco) dias.
- c) As questões resolvidas na fase de conhecimento, se da decisão a seu respeito não for interposto agravo de instrumento, são cobertas pela preclusão.
- d) Segundo o código de processo civil, não cabe agravo de instrumento da decisão que declina da competência.
- e) É cabível embargos de declaração quando a decisão deixa de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Renan Araújo

45. José está sendo investigado em inquérito policial instaurado para apurar a prática do crime de roubo simples (pena: reclusão de 04 a 10 anos e multa), praticado contra a vítima Maria. O inquérito policial foi instaurado em 11.05.2020, tendo sido decretada a prisão preventiva de José no dia 12.05.2020. O mandado de prisão foi efetivamente cumprido em 13.05.2020.

Nesse caso, é correto afirmar que o inquérito policial deverá se encerrar:

- a) em 10 dias, a contar do dia 11.05.2020
- b) em 10 dias, a contar do dia 12.05.2020
- c) em 10 dias, a contar do dia 13.05.2020
- d) em 30 dias, a contar do dia 11.05.2020
- e) em 30 dias, a contar do dia 13.05.2020

46. José e Pedro praticaram um crime de dano qualificado por motivo egoístico (detenção, de seis meses a três anos, e multa) em desfavor de Fernanda. Tal crime, nos termos do Código Penal, está sujeito à ação penal de iniciativa privada. O crime teria ocorrido no dia 10.06.2019, mas Fernanda só descobriu que José e Pedro foram os autores do crime no dia 15.07.2019. No dia 25.04.2020, Fernanda veio a óbito, deixando dois parentes próximos: Eduardo, seu marido, e Maria, sua mãe.

Atento ao caso narrado, nesse caso é correto afirmar que:

- a) Apenas Eduardo será parte legítima para ajuizar queixa-crime
- b) Apenas Maria será parte legítima para ajuizar queixa-crime
- c) Eduardo e Maria terão legitimidade para ajuizar queixa-crime, no prazo de 60 dias, com preferência para o primeiro
- d) Eduardo e Maria terão legitimidade para ajuizar queixa-crime, no prazo de seis meses, com preferência para o primeiro
- e) Não será possível o ajuizamento válido de queixa-crime

47. José foi denunciado pelo Ministério Público por supostamente ser o autor de um crime de receptação qualificada (reclusão, de três a oito anos, e multa). O Oficial de Justiça não encontrou José no endereço indicado na inicial acusatória, tendo sido informado por vizinhos de que José havia se mudado há 02 anos. O Oficial de Justiça, porém, conseguiu citar pessoalmente José em seu local de trabalho, após obter informações com o porteiro do prédio. José, citado, não se defendeu nem constituiu advogado.

Nesse caso, o Juiz deverá:

- a) nomear defensor ao réu, a quem caberá apresentar resposta à acusação em 10 dias
- b) nomear defensor ao réu, a quem caberá apresentar resposta à acusação em 15 dias
- c) suspender apenas o curso do processo
- d) suspender apenas o curso do prazo prescricional
- e) suspender o processo e o curso do prazo prescricional

48. Acerca das disposições referentes aos Juizados Especiais Criminais (Lei 9.099/95), julgue as assertivas a seguir:

I – João praticou um crime de estelionato (pena: reclusão de 01 a 05 anos e multa); nesse caso, será cabível a suspensão condicional do processo.

II – Nos Juizados, não sendo encontrado o acusado para ser citado, deverá o Juiz determinar seja realizada sua citação por edital.

III – A homologação da transação penal não faz coisa julgada material, de forma que o descumprimento dos termos do acordo permite a retomada da persecução penal em desfavor do infrator.

IV – A transação penal é cabível quando se tratar de crime de usurpação de função pública (detenção, de três meses a dois anos, e multa).

Nesse caso, é correto o que se afirma APENAS em:

- a) I e III
- b) I, III e IV
- c) II e IV
- d) II e III
- e) I e IV

49. No rito ordinário, será cabível a absolvição sumária do réu quando:

- a) o Juiz verificar a existência manifesta de causa excludente da ilicitude do fato
- b) houver dúvida sobre a autoria delitiva, pelo princípio do *in dubio pro reo*

- c) não houver prova cabal acerca da materialidade delitiva
- d) o Juiz verificar que o réu é inimputável em razão de doença mental
- e) faltar justa causa para o exercício da ação penal

50. José foi denunciado pelo Ministério Público pela prática do crime de peculato, crime funcional afiançável, por supostamente ter desviado recursos públicos dos quais tinha a posse em razão da função. Nesse caso, o Juiz, verificando que a denúncia está em ordem, mandará autuá-la e determinará a:

- a) a citação do réu, para apresentar resposta à acusação, no prazo de 10 dias
- b) a citação do réu, para apresentar resposta à acusação, no prazo de 15 dias
- c) a notificação do réu, para apresentar resposta à acusação, no prazo de 10 dias
- d) a notificação do réu, para apresentar resposta preliminar escrita, no prazo de 10 dias
- e) a notificação do réu, para apresentar resposta preliminar escrita, no prazo de 15 dias

51. Acerca da prisão e da liberdade provisória, assinale a alternativa correta:

- a) A autoridade policial somente poderá arbitrar fiança no caso de infrações penais de menor potencial ofensivo
- b) A prisão em flagrante não é admitida em crimes permanentes caso já tenha ultrapassado o prazo de 48h a contar do início da permanência delitiva
- c) A interrupção da perseguição realizada logo após a infração descaracteriza o flagrante impróprio, mas nada impede a configuração do flagrante presumido, caso o agente seja encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.
- d) Apresentado o preso à autoridade policial, deverá esta ouvir desde logo o preso, as testemunhas e em seguida o condutor.
- e) A princípio, a prisão preventiva não tem cabimento no caso de crime cuja pena máxima cominada seja de 05 anos de privação da liberdade.

52. Em se tratando do rito do Júri, não se convencendo da materialidade do fato ou da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, o juiz, fundamentadamente:

- a) deverá pronunciar o acusado, sendo cabível o recurso em sentido estrito para impugnar tal decisão
- b) deverá absolver sumariamente o acusado, sendo cabível o recurso de apelação para impugnar tal decisão
- c) deverá absolver sumariamente o acusado, sendo cabível o recurso em sentido estrito para impugnar tal decisão
- d) deverá impronunciar o acusado, sendo cabível recurso de apelação para impugnar tal decisão
- e) deverá impronunciar o acusado, sendo cabível recurso em sentido estrito para impugnar tal decisão

LEGISLAÇÃO

Tiago Zanolla

53. Messias tomou posse no dia 25 de maio de 2020 e entrou em exercício no 1º Juizado Especial de Petrópolis.

Logo no primeiro dia, recebeu um processo para fazer intimação via telefone.

Nesse contexto e com base no que dispõe a Consolidação Normativa Judicial da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assinale a opção correta.

- a) Messias ou qualquer outro servidor da unidade judicial pode efetuar a ligação.
- b) Somente pode ser realizada durante o expediente forense.
- c) No caso de decisões interlocutórias recorríveis e de sentenças poderá ser utilizada a via telefônica, tão somente, para convocação da parte para comparecer à secretaria do Juízo, a fim de que se promova sua intimação, observando, no que couber, as disposições dos parágrafos anteriores.
- d) Deve ser elaborada certidão pelo Chefe de Secretaria, contendo data e horário da diligência, número do telefone contatado, nome completo da pessoa intimada, dado constante do processo que serviu para identificá-la, despacho ou decisão objeto da intimação, certificação de leitura de seu

inteiro teor e eventuais circunstâncias relevantes à execução da diligência.

- e) O servidor responsável pela diligência deverá esclarecer dúvidas relacionadas à diligência.

54. Obtido acordo civil, renúncia ao direito de representação, de queixa ou transação penal em audiência preliminar, o Chefe de Serventia fará

- a) de imediato os autos conclusos ao Juiz para sentença, dando em seguida ciência às partes.
- b) dentro de um dia os autos conclusos ao Juiz para sentença, dando em seguida ciência às partes.
- c) dentro de 48 horas os autos conclusos ao Juiz para sentença, dando em seguida ciência às partes.
- d) dentro de cinco dias os autos conclusos ao Juiz para sentença, dando em seguida ciência às partes.
- e) dentro de 15 dias os autos conclusos ao Juiz para sentença, dando em seguida ciência às partes.

55. Acerca das rotinas aplicáveis aos Juizados Especiais Criminais previstas na Consolidação Normativa Judicial, assinale a opção correta

- a) Os atos de intimação serão feitos por carta com Aviso de Recebimento e os de citação por mandado acompanhado de cópia da denúncia ou queixa.
- b) Os atos de intimação serão feitos por SEDEX e os de citação por mandado acompanhado de cópia da denúncia ou queixa.
- c) Os atos de intimação serão feitos por carta com Aviso de Recebimento e os de citação por edital acompanhado de cópia da denúncia ou queixa.
- d) Os atos de intimação serão feitos por carta com Carta Social e os de citação por mandado acompanhado de cópia da denúncia ou queixa.
- e) Os atos de intimação serão feitos por carta com mandado judicial e os de citação por Aviso de Recebimento acompanhado de cópia da denúncia ou queixa.

56. Acerca do que dispõe a Consolidação Normativa Judicial, no caso de impossibilidade de utilização do Sistema DCP, a devolução da carta precatória eletrônica para o Juízo deprecado deste Tribunal será feita

- a) preferencialmente por meio de Malote Digital.
- b) exclusivamente por meio de Malote Digital.
- c) preferencialmente por carta com Aviso de Recebimento.
- d) exclusivamente por carta com Aviso de Recebimento.
- e) Por E-mail ou SEDEX

57. Compete aos Núcleos de Primeiro Atendimento dos Juizados Especiais Cíveis distribuir ou encaminhar para distribuição automática as iniciais designando-se

- a) Em até 5 dias úteis data para audiência de conciliação.
- b) Em até 3 dias a data para audiência de conciliação.
- c) Em até 48 horas a data para audiência de conciliação.
- d) Em até 24 horas a data para audiência de conciliação.
- e) De imediato a data para audiência de conciliação.

58. Para o fim de registro de penhora ou arresto no registro imobiliário, o Chefe de Serventia fará constar da certidão, além de outros considerados necessários pela lei, exceto

- a) nomes completos, qualificações, incluído o número do CPF/MF ou CNPJ/MF, e endereço das partes credora e devedora.
- b) valor da dívida em moeda corrente nacional.
- c) nome do depositário do bem.
- d) descrição completa do imóvel.
- e) valor venal informado por corretor de imóveis registrado no CRECI-RJ.

59. Sobre segurança da informação são consideradas imprescindíveis as seguintes anotações e a observância dos seguintes procedimentos, exceto

- a) manter sempre as caixas de correio institucionais vazias.
- b) não criar senha com nomes de pessoas da família, datas de nascimento, e palavras fáceis.
- c) não abrir e-mails com extensões do tipo .exe; .com; .bin; .scr.
- d) cadastrar a Defensoria Pública, nos feitos em que esta funcionar.
- e) manter o cadastro de usuários da serventia atualizado.

60. As cartas precatórias de trâmite exclusivo neste Estado, expedidas para cumprimento de diligências ou atos processuais determinados de ofício pelo Juízo ou a requerimento do Ministério Público,

- a) suscitam o recolhimento antecipado de custas, que devem ser pagas, antes do seu efetivo cumprimento e devolução, no juízo deprecante, pelo autor.
- b) não suscitam o recolhimento antecipado de custas, que devem ser pagas, após o seu efetivo cumprimento e devolução, no juízo deprecante, pelo autor.
- c) suscitam o recolhimento antecipado de custas, que devem ser pagas, após a distribuição no juízo deprecado, pelo requerido.
- d) não suscitam o recolhimento antecipado de custas, que devem ser pagas, não suscitam o recolhimento antecipado de custas, que devem ser pagas, após o seu efetivo cumprimento e devolução, no juízo deprecante, pelo autor.
- e) N.D.A.

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-TJ-RJ-Técnico-30-05>

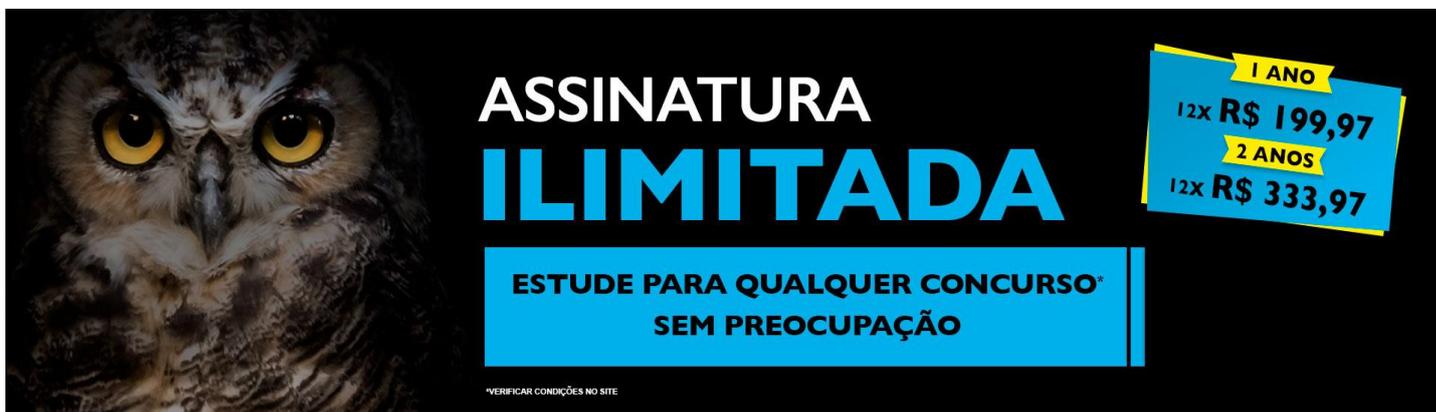
Conheça nosso sistema de questões!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no banner e aproveite os descontos e bônus imperdíveis!



Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!

A banner for 'ASSINATURA ILIMITADA' featuring a close-up of an owl's face on the left. The text 'ASSINATURA ILIMITADA' is prominently displayed in white and blue. Below it, a blue box contains the text 'ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO SEM PREOCUPAÇÃO'. On the right, a yellow and blue price tag shows two options: '1 ANO 12X R\$ 199,97' and '2 ANOS 12X R\$ 333,97'. At the bottom left, there is a small text '*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE'.